

Os estudos sobre os intelectuais brasileiros e os modelos franceses: constituição, problemas, abordagens, diálogos e historiografia

Diogo Arruda Carneiro da Cunha*
d1cunha@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é examinar algumas abordagens da história dos intelectuais. Analisamos, na primeira parte, a constituição do campo da história dos intelectuais na França. Em seguida, realizamos uma discussão de algumas teorias e categorias de análise relativas ao estudo sobre os intelectuais. Finalmente, elaboramos uma discussão crítica da historiografia sobre o tema. A apresentação e balizamento dessa historiografia, bem como da discussão dos problemas ligados a essa temática contribuíram para definir com mais precisão o papel do intelectual na sociedade brasileira, os seus engajamentos e formas de atuação.

Palavras-chave

História dos intelectuais; História política; Historiografia

The studies on the Brazilian intellectuals and the French models: constitution, problems, approaches, dialogues and historiography

Abstract

The aim of this paper is to examine the approaches of the history of intellectuals. We analyze, in the first part, the constitution of the field of the history of the intellectuals in France. Next, we discuss some theories and categories of analysis related to the study of intellectuals. Finally, we elaborate a critical discussion of historiography on the subject. The presentation and marking of this historiography, as well as the discussion of the problems related to this theme, contributed to define with more precision the role of the intellectual in Brazilian society, its engagements and ways of acting.

Keywords

History of intellectuals; Political history; Historiography

Introdução

No dia 13 de janeiro de 1898, o jornal francês *Aurore* publicou uma carta de Émile Zola endereçada ao então presidente da República Francesa Félix Faure. Sob o título de “Eu acuso” – sugerido por Georges Clemenceau –, o escritor protestava contra a condenação, fundada em provas falsas, do capitão Alfred Dreyfus, acusado de fornecer documentos confidenciais aos alemães. Nessa carta, o célebre autor dos *Rougon-Macquart* exigia a revisão do processo em nome da verdade e da justiça. Na França, essa data marca o “nascimento” do intelectual, ou seja, o momento em que essa palavra passa a designar aqueles que, oriundos do domínio da criação ou da mediação cultural, passam a se engajar no debate público.

Essa data que marca o nascimento do intelectual não é, contudo, nem o ponto de partida nem de chegada do que ficou conhecido como o Caso Dreyfus. A história desse *affaire* é bem conhecida. No final de 1894, o capitão Alfred Dreyfus foi acusado de fornecer documentos confidenciais aos alemães e condenado à prisão por alta traição. Durante os anos que sucederam o veredito, a família do capitão, com a colaboração do jornalista Bernard Lazare, lutou para provar a inocência dele. Ao longo do tempo, descobriu-se que o verdadeiro culpado era o comandante Esterházy. Depois de várias tentativas frustradas por parte da família de conseguir a revisão do processo, Zola publicou a sua célebre carta em janeiro de 1898. A inocência de Dreyfus, contudo, só foi reconhecida em 1906.

Como assinalaram Pascal Ory e Jean-François Sirinelli, o Caso Dreyfus foi um caso de opinião pública (ORY & SIRINELLI, 2002, p. 21). Ele foi lançado pela imprensa, inicialmente pelo jornal antissemita *La Libre Parole* e, em seguida, difundido por outros veículos, porque o acontecimento se inseria naquilo que

constituía a atualidade e, sobretudo, era vendável. Além do mais, um caso no qual um oficial judeu traía seu país em favor da Alemanha sensibilizava vários setores da sociedade, pois, ao mesmo tempo em que ataçava o antissemitismo, bastante difundido na época, evocava a memória viva da ocupação prussiana. Rapidamente, todos os atores se viram obrigados a posicionar-se publicamente e a sociedade se encontrou dividida em dois campos: o “anti-Dreyfus” – nacionalista e antissemita que, com o argumento da defesa da nação e das suas instituições, não aceitava o questionamento de um julgamento das Forças Armadas – e o “pró-Dreyfus” – majoritariamente de esquerda, que exigia a revisão do processo em nome da justiça e da verdade.

Nesse conflito “franco-francês”, o termo “intelectual” foi utilizado inicialmente pelos partidários anti-Dreyfus, Ferdinand Brunetière e Maurice Barrès, para desacreditar esse conjunto de escritores, artistas e universitários que havia assinado uma petição em favor da revisão do processo. Com exceção de alguns escritores célebres, as petições que exigiam a revisão do processo foram assinadas por universitários desconhecidos do grande público. Seus engajamentos faziam parte de uma democratização do debate público que os “notáveis” da *intelligentsia*, como Barrès e Brunetière, não aceitavam. Como escreveu Gérard Noiriel (2010, p. 62), ao questionar a competência do “intelectual” para intervir no debate político, eles estavam na verdade invertendo uma relação de dominação estabelecida: eles apresentavam as vítimas e seus defensores como dominantes que procuravam impor suas leis em detrimento do “povo” e de suas instituições. O fato é que os universitários assumiram essa função denunciada pelos seus adversários. Cortados do mundo para adquirir um saber que os permitisse ingressar na comunidade científica, uma parte deles não se conformou em permanecer às margens da política e veio preencher o vazio criado

pela separação, teorizada por Max Weber (1919), do “sábio” e do “político”. O Caso Dreyfus foi uma ocasião de demonstrar que a ciência não tinha como único objetivo enriquecer o conhecimento, mas ela cumpria também uma função cívica necessária. Depois dele, a figura do intelectual esteve presente em todas as frentes dos grandes combates ideológicos do século XX e o termo “intelectual” se fixou definitivamente na linguagem política francesa, mas também de outros países.

Esse ator político começou a se tornar um objeto de estudo de historiadores e sociólogos por volta dos anos 1980, não só na França, mas também em outros países, entre eles o Brasil. O objetivo deste artigo é examinar a constituição, os problemas, as abordagens e a historiografia do subcampo da história política que se convencionou chamar de história dos intelectuais. Hoje, quase 40 anos depois dos primeiros trabalhos, extensas historiografias nacionais foram produzidas sobre os intelectuais, particularmente na América Latina. Neste estudo, focamos nossa análise na produção brasileira, privilegiando o diálogo com os autores franceses. Isso se deve à importância da historiografia francesa como modelo teórico e metodológico para os historiadores e sociólogos que se debruçaram sobre essa temática no Brasil.

Jean-François Sirinelli e a historiografia francesa: o surgimento de uma história dos intelectuais

Se existe uma “história dos intelectuais sem intelectuais”, para utilizar uma expressão de François Dosse (2003, p. 15), e se importantes concepções acerca do papel do intelectual foram elaboradas no decorrer do século XX, o que poderíamos considerar como um campo de pesquisa sobre esse ator da vida política, com regras e métodos de funcionamento próprios, constituiu-se na França no final do século XX. As contribuições

do historiador francês Jean-François Sirinelli e do sociólogo Pierre Bourdieu foram cruciais para a consolidação desse campo de estudo, não só na França como também no Brasil e em outros países.

Como se sabe, a história, forma de saber milenar, se “refunda” enquanto disciplina acadêmica com pretensões científicas a partir de meados do século XIX, particularmente na França e na Alemanha. Nesse momento, até os anos 1920, seus praticantes mais célebres – como Leopold von Ranke, Langlois e Seignobos, Fustel de Coulanges, entre outros – procuraram alicerçar a nova disciplina sobre alguns princípios de método e privilegiando certos objetos de estudo como o Estado, o poder e as disputas por sua conquista ou conservação, as batalhas e seus líderes. Os historiadores deveriam evitar toda problematização e interpretação subjetiva e limitar-se a relatar objetivamente o que tinha acontecido, o que se acreditava possível através de uma crítica rigorosa das fontes oriundas da administração pública.

Essa forma de se fazer história atravessou uma crise no início do século XX. A historiografia tradicional dominante se mostrava incapaz de problematizar e trazer respostas a questões mais prementes que surgiam naquele momento, como a guerra, o desemprego ou revoluções. Novos problemas se impuseram à pesquisa para os quais aqueles historiadores, chamados de “metódicos”, não eram capazes de trazer soluções: não sabiam como problematizá-los nem buscavam fontes que pudessem trazer respostas às novas questões que deviam ser colocadas. Diante da incapacidade dos historiadores de trazer respostas satisfatórias para os problemas daquele período e ameaçada pela ofensiva da sociologia durkheimiana, a dimensão política – e, portanto, a história tal como era praticada – foi marginalizada. À história política foram atribuídos todos os males que uma nova concepção da história denunciava e que uma nova geração capitaneada por Marc Bloch e

Lucien Febvre iria substituir por uma história social e econômica e que iria ficar conhecida como a *École des Annales*.

A historiografia francesa dos *Annales*, que se inicia nos anos 1920 e evolui ao longo do século atravessando gerações e ampliando e diversificando seus objetos e abordagens, é provavelmente um dos temas de teoria da história mais estudados. A influência de seus principais representantes em outras historiografias nacionais, particularmente no Brasil, é imensa e muito já se escreveu sobre isso. Em contrapartida, com relação à dimensão política da história, tema que nos interessa mais de perto, convém destacar que foi somente após meio século de marginalização que se começou a verificar sua revalorização, a partir dos anos 1980. Esse retorno foi o resultado de uma importante renovação no interior da disciplina, fruto de uma reflexão crítica. Além dos fatores exógenos que contribuíram para que isso acontecesse, a doravante “nova” história política voltou incorporando a interdisciplinaridade, o quantitativo, as massas e a pluralidade das temporalidades em suas análises. Ao longo dos últimos 40 anos, novos objetos expandiram-se e consolidaram-se no interior da história política: as eleições, os partidos políticos, a opinião pública, a mídia, os intelectuais, as ideias políticas, a religião, etc. Enquanto aquelas, mais antigas e anteriores ao “retorno do político”, passaram por um processo de renovação em suas formas de abordagem – caso das ideias políticas e dos partidos políticos –, outras só puderam surgir com as condições de possibilidade criadas pelo retorno do político, como é o caso dos estudos sobre os intelectuais.

Para Jean-François Sirinelli (2003, p. 233), o desinteresse dos historiadores por esse ator da vida política estava ligado a dois fenômenos: o estatuto da história política e as representações do intelectual. Não há dúvidas de que o descrédito no qual a história política

tradicional caíra afetara as condições de possibilidade de uma história dos intelectuais. Tratando-se de uma elite restrita, cuja análise era feita pelo viés dos engajamentos individuais, ela estava duplamente condenada, posto que situada no cruzamento da biografia e do político (SIRINELLI, 2003, p. 235). A esse fenômeno geral, somavam-se causas específicas que contribuíram para deixar os intelectuais na sombra. O fato de se constituir num grupo cujos contornos eram fluidos e imprecisos suscitou críticas dos defensores de uma história quantitativa. Ademais, além de constituir um grupo elitista, restrito e impreciso – características amplamente condenadas pelos cânones historiográficos dominantes – o intelectual inscrevia sua ação na curta duração do debate público num momento em que se considerava que só a longa ou a média duração permitiam abordagens férteis (SIRINELLI, 2003, p. 236).

Com o retorno de uma história política renovada no final dos anos 1980, fazer pesquisas sobre um grupo social estatisticamente limitado não era mais considerado um empreendimento de caráter duvidoso. Além disso, a constituição de um corpus de textos ou a abordagem prosopográfica dos itinerários davam um caráter científico à disciplina e a história cíclica dos engajamentos restituía a esse domínio a solidez da média duração. Aos efeitos benéficos trazidos pela renovação do político, acrescentava-se a recente respeitabilidade e legitimidade adquirida pela história contemporânea, até então deixada nas mãos dos jornalistas (SIRINELLI, 2003, p. 238).

Mas o essencial estava na mudança do estatuto do objeto dessa história nas representações coletivas. Inicialmente, o lugar ocupado por esse grupo social foi desestabilizado pelo enorme aumento no número de seus membros ao longo do século XX. A esse aumento quantitativo, seguiu-se uma “dessacralização” do intelectual com as desilusões com as experiências comunis-

tas na China e na Indochina e o impacto das revelações de Alexandre Soljenítsin sobre os gulags soviéticos (SIRINELLI, 2003, p. 240). Foi quando o intelectual foi “dessacralizado” que ele pôde tornar-se um objeto de estudo. Desse modo, não foi antes da metade dos anos 1980 que, na França, os intelectuais começaram a se tornar progressivamente um objeto científico legítimo. Em meados dessa década, as condições para o estabelecimento de uma história dos intelectuais reconhecida pela comunidade dos historiadores foram reunidas e, desde então, um número significativo de trabalhos foi publicado. As abordagens, meios privilegiados e fontes utilizadas, assim como os modelos teóricos que as fundamentaram, foram diversos.

Categorias de análise para o estudo dos intelectuais: algumas considerações

Antes de analisar o desenvolvimento da historiografia sobre os intelectuais brasileiros, convém examinar as categorias de análise propostas e sistematizadas pelo principal representante francês da história dos intelectuais, Jean-François Sirinelli, e que, embora amplamente debatidas, continuam úteis. Nesta seção, articulamos a análise dessas categorias com trabalhos de autores que as utilizaram em suas pesquisas empíricas.

Uma primeira noção proposta por Sirinelli é a de itinerário. Em *Le hasard ou la nécessité* (1986), o historiador afirma que a revelação dos itinerários tornaria possível o desenho de mapas mais precisos dos grandes engajamentos intelectuais no século XX. Eles poderiam ser obtidos de duas formas: seja pelo estudo das biografias, seja pelo de um grupo provindo de uma matriz homogênea. Contudo, o estudo comparado das biografias, alerta Sirinelli, exige ir além dos grandes nomes. Ou seja, é imperativo “descer” para os estratos intermediários daqueles que adquiriram menos notoriedade em vida e que ele chama de “*éveilleurs*”, ou seja, “aqueles

que despertam” (SIRINELLI, 1986, p. 102).

Anos mais tarde, em sua contribuição à obra de René Rémond (2003), Sirinelli destaca as objeções possíveis ao estudo dos itinerários. A primeira seria proceder a uma abordagem estritamente bourdieusiana. Embora reconhecendo méritos do sociólogo francês, ele adverte que tratar os intelectuais em termos de campo, insistindo unicamente em suas estratégias, deixaria pouco espaço a outros aspectos primordiais: a contingência, o inesperado, o fortuito. Os meios intelectuais, diz ele, são muito complexos para serem reduzidos a um mecanismo cuja única mola seria a estratégia (2003, p. 248). Esse método ignora que os meios intelectuais se ordenam também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade de conviver.

A segunda objeção feita por Sirinelli é que a revelação das trajetórias deve ir além de simplesmente revelá-las e balizá-las, exigindo uma interpretação. Tal é a condição para que a noção de itinerário seja um instrumento de investigação válido. Entretanto, ele adverte que as “generalizações apressadas” e as “aproximações duvidosas” devem ser evitadas. As situações individuais são extremamente diversas, o que interdita toda explicação globalizante. Isso não impede, contudo, de localizar “campos magnéticos” que puderam, em uma determinada época, atrair os intelectuais (SIRINELLI, 2003, p. 247).

Um exemplo da fecundidade da noção de campo magnético encontra-se no trabalho de Michel Löwy (1988) sobre os intelectuais da Europa Central intitulado *Rédemption et utopie*. Vinculando a noção de campo magnético ao conceito weberiano de afinidade eletiva, o autor ofereceu uma análise fundamentada em noções menos rígidas do que a de campo de Pierre Bourdieu. Os intelectuais podem aproximar-se ou afastar-se uns

dos outros ou do poder em função de uma conjuntura particular. Como afirma Dosse (2010, p. 381), é uma abordagem que tem a vantagem de desfazer os mecanismos de causalidade simples e de fazer valer a complexidade e a contingência. Ainda segundo essa análise, Löwy mostrou que a afinidade eletiva entre redenção religiosa e libertação social, muito presente na cultura alemã do início do século XX, traduziu-se em uma relação internalizada entre tradição messiânica e utopia libertária entre os judeus da Europa central.

Voltando à noção de itinerário, trata-se de uma categoria de análise que se consolidou em diversas historiografias nacionais. Isso é atestado pela monumental *Historia de los intelectuales en América latina*, dirigida por Carlos Altamirano (2010), na qual uma seção inteira foi dedicada aos “*trayectos y redes intelectuales*”. Nela, itinerários de intelectuais como o dominicano Pedro Henríquez Ureña e do mexicano Alfonso Reyes, entre outros, foram retraçados sob diferentes prismas. No caso de Ureña, seu percurso foi analisado por Arcadio Diaz Quiñones a partir de três linhas que se sobrepõem: a primeira seria a elaboração de uma *tradição nacional* dominicana, vinculada ao fortalecimento do Estado nacional; a segunda seria o *exílio* como condição do intelectual moderno; a terceira seria a estreita identificação entre *cultura e ordem*. Na primeira linha, Quiñones situa Ureña em seu “território” insular, nas condições políticas e materiais em que se formou e graças às quais pôde elaborar uma “identidade nacional”. Essa identidade estaria vinculada à tradição letrada de sua família, à mitologia e aos intelectuais republicanos que teriam criado a “consciência da nação”. A segunda linha se refere à sua larga experiência fora do país de origem quando ele entrou em contato com vanguardas literárias em Nova York, constituiu importantes redes de sociabilidade na Argentina e testemunhou eventos históricos decisivos no México do período da revolução. A terceira linha, finalmente, se refere à identifica-

ção entre *cultura e ordem*, e nela ele procurou reescrever a *ordem da colônia*. Segundo Quiñones (2010, p. 76), essa reconstituição era um esforço para voltar à “origem”, uma viagem “em busca da colônia perdida” para recolher as “notas dispersadas” pelo furor da independência. Para ele, a rebelião destruía a autoridade conferida à “tradição cultural”.

O itinerário de Alfonso Reyes, por sua vez, é reconstituído por Jorge Myers. O autor privilegiou a análise da obra de Reyes, especialmente a forma como ela foi afetada pelos diferentes *métiers* que ele exerceu: o jornalismo político e cultural, sua atividade de filólogo e historiador e a diplomacia. Assim, os acontecimentos sobre os quais ele escrevia nos jornais vinham sempre acompanhados de um exame detido do contexto histórico; elaborou numerosos relatórios diplomáticos, marcados pela clareza e pela concisão, que exerceram influência na escrita fragmentária de seus outros trabalhos. Finalmente, Myers ainda conseguiu dar conta, analisando documentos como o diário ou as correspondências do escritor mexicano, da formação de importantes redes intelectuais e também do seu papel de *gate-opener* dos distintos campos intelectuais latino-americanos (MYERS, 2010, p. 94).

A sociabilidade, conceito fundamental da vida política moderna, é outra categoria de análise profícua para o historiador dos intelectuais. Foi em Maurice Agulhon que Sirinelli buscou uma definição (1986, p. 103): “um domínio intermediário entre a família e a comunidade de pertencimento cívico (político?) obrigatório”. Esse “domínio intermediário” varia segundo as épocas e os objetos estudados e, no que concerne ao meio intelectual, ele se constitui em espaços muito restritos no interior dos quais os laços se tecem.

A sociabilidade tem uma dupla acepção, pois, no interior desses espaços, forma-se-ia o que Sirinelli

(2003, p. 253) chamou de “microclimas”. Assim, haveria as “redes” que “estruturam” e os “microclimas” que “caracterizam um microcosmo intelectual particular”. Nesses “microcosmos”, a atividade e o comportamento dos intelectuais apresentariam características específicas e se definiriam por uma vida relacional própria. Já as “redes” são fundadas sobre elementos de contornos difíceis de identificar. No mundo intelectual, a simpatia e a amizade ou a hostilidade e o rancor têm um papel mais decisivo do que, por exemplo, as clivagens políticas.

A noção de geração suscita opiniões mitigadas. Entretanto, estudos recentes atestaram sua eficácia, especialmente, como notou Sirinelli (1989, p. 72), quando se reduz a escala de análise a um grupo particular, no caso, o meio intelectual. As reflexões de Michel Winock (1989) sobre a questão geracional complementam, do nosso ponto de vista, os trabalhos de Sirinelli. Ele trata o problema das relações entre as noções de geração e classe de idade que, naturalmente, não coincidem. No passado, outros autores estabeleceram o surgimento de novas gerações a partir de um hiato temporal fixo. Para Winock (1989, p. 18), isso é problemático, pois é necessário esperar algum tempo depois do evento fundador para ver aparecer a nova geração. É precisamente dessa elasticidade que ele busca dar conta ao enfatizar a relação entre um evento e o “período de emergência” de uma nova geração, o que permitiria incluir os casos individuais que “escapam” a suas supostas gerações. O historiador propõe então a noção de *comunidade de sistema ideológico*. Como uma geração não pode se reduzir nem a um evento fundador nem a uma coorte demográfica e, além disso, como ela não é composta apenas de pessoas que sentem e pensam a mesma coisa, mas, ao contrário, as divergências e oposições são abundantes, o que pertence a todos é a *questão dominante* do momento, a que surge nesse “período de

receptividade”. As respostas filosóficas e políticas a essa *questão dominante* podem ser divergentes ou contraditórias, formando, portanto, um sistema (WINOCK, 1989, p. 19).

Gostaríamos de recorrer à pesquisa que desenvolvemos sobre a Academia Brasileira de Letras (ABL) durante a ditadura militar para discutir a operacionalidade dessa noção (Cunha, 2017). A geração de intelectuais que integrou a ABL nos anos 1960 e 1970 surgiu de dois acontecimentos interligados: a Primeira Guerra Mundial e o movimento modernista. Empregamos o termo “movimento” modernista de forma intencional para distingui-lo da Semana de Arte Moderna de 1922, pois consideramos, como Angela de Castro Gomes (1993, p. 66) e Mônica Pimenta Velloso (2003, p. 353), que a Semana foi apenas o ponto culminante de um processo mais longo e complexo, não podendo ser reduzido ao evento de fevereiro de 1922.

Isso criou um *case* particular, pois, ao considerarmos o modernismo como um processo, podemos falar de um “evento fundador de média duração”. Como mostrou Velloso (2003, p. 382), desde o final do século XIX, os intelectuais brasileiros, apesar de profundas diferenças de conceitos e abordagens, estavam mobilizados em torno de uma problemática comum: compreender o “nacional” em um contexto caracterizado pela entrada do país na modernidade. As criações artísticas, por conseguinte, deveriam cessar de ser uma imitação de modelos europeus e isso teve efeitos políticos. Dora-vante, vários intelectuais defenderam a instalação de regimes políticos “adaptados à realidade brasileira”. *O que define o nacional?* Tal era a *questão dominante*, de que fala Michel Winock, que marcou, de forma indelével, a geração intelectual nascida entre o final do século XIX e o início do XX, e que integrava a ABL durante os anos 1960 e 1970. Muitos deles justificaram suas tomadas de posição em favor da ditadura militar pela

afirmação que seria o regime mais “adaptado” à realidade brasileira e, assim sendo, o guardião da “verdadeira” cultura brasileira (Cunha, 2017).

Há, portanto, como se pode constatar, abordagens teóricas e metodológicas diversas para o estudo dos intelectuais e de seus meios. Na última sessão, enfocaremos a produção acadêmica sobre os intelectuais brasileiros, que examinaremos de forma cronológica. Nosso objetivo é oferecer um panorama, que não se pretende exaustivo, da evolução desses estudos ao longo das últimas décadas. Esperamos que a análise dessa historiografia, para além da sua apresentação e balizamento, contribua para a abertura de novas questões e problematizações relativas ao estudo dos intelectuais brasileiros.

Os estudos sobre os intelectuais brasileiros: o estado da arte

É aos sociólogos que devemos, no Brasil, o início dos estudos sobre os intelectuais. Em 1979, Sérgio Miceli publicou *Intelectuais e classes dirigentes no Brasil (1920-1945)*, onde examinou as relações entre os escritores e a classe dirigente entre 1920 e 1945, particularmente as estratégias que eles haviam utilizado para conquistar o “mercado de postos do trabalho intelectual” (2001, p. 79).

Em sua análise, fundamentada metodologicamente na sociologia de Pierre Bourdieu, Miceli dividiu os intelectuais desse período em “primos pobres” e “herdeiros”. Os primeiros eram oriundos dos setores da oligarquia tradicional em declínio econômico e social e em perda de prestígio; os segundos eram os intelectuais oriundos das famílias que ocupavam há tempos os postos políticos e culturais de prestígio. Segundo o sociólogo, as “disposições” manifestadas pelos intelectuais no que se refere às suas carreiras não podem ser dissocia-

das da história social de suas famílias. Assim, enquanto os “primos pobres” estavam inclinados a se dedicarem a domínios mais “incertos” da produção intelectual em termos financeiros – romances sociais e as ciências sociais –, os “herdeiros” voltavam-se para modalidades mais rentáveis e prestigiosas, como o domínio jurídico. Dois elementos tiveram um peso importante na distribuição dos agentes nas carreiras intelectuais: a posição da família com relação à classe dirigente e os tipos de capital escolar e cultural acumulados. Os “primos pobres”, segundo Miceli, estavam mais dispostos a negociar seus magros trunfos em troca das profissões disponíveis, enquanto os “herdeiros” procuravam reproduzir a posição dominante de suas famílias no interior do campo cultural.

Algumas críticas podem ser dirigidas a esse trabalho quanto à metodologia que consiste em pôr em destaque “determinações” ou “predisposições” que fariam com que os intelectuais se dirigissem a ramos específicos do mercado. O autor afirma que o processo de criação dos intelectuais estava condicionado pelas estratégias que eles utilizavam para ocupar posições dominantes no campo intelectual. Segundo essa lógica, eles poriam suas criações literárias “a serviço” do Estado e/ou grupos que os tivessem cooptado. Ou seja, é uma análise que se apoia fundamentalmente sobre a base estratégica de otimização dos interesses e da conquista do poder.

Outro ponto discutível da metodologia bourdieusiana, adotada por Miceli é, do nosso ponto de vista, o uso que ele faz da noção de “cooptação”. Para o sociólogo brasileiro, o intelectual seria cooptado pelo Estado em troca de vantagens materiais e simbólicas. A noção de pacto, proposta por Angela de Castro Gomes (2007), nos parece mais apropriada. Ela daria conta da relação de troca e negociação entre intelectuais e Estado, rompendo com a ideia de que haveria um lado todo

poderoso – no caso, o Estado – e outro passivo – no caso, os intelectuais. O engajamento dos intelectuais não deve ser interpretado como um sinal de adesão automática às orientações ideológicas de um regime político ou como simples cooptação. A questão, segundo a historiadora, é muito mais complexa. É necessário questionar-se a respeito do interesse e mesmo da necessidade que um regime tem de estabelecer relações com os intelectuais. Para esses últimos, também é interessante participar de um espaço político pronto a acolhê-los, dando-lhes oportunidades em termos financeiros e de prestígio sociocultural. Nessas relações, é necessário levar em conta uma série de aproximações, afastamentos e negociações que fazem com que os intelectuais possam gozar de certas margens de liberdade, sobretudo quando se trata de um regime autoritário, pois, nesse caso, a oposição aberta raramente é possível (GOMES, 2007, p. 47).

Em que pese essas críticas metodológicas, o trabalho de Miceli é fundador e incontornável: ele foi o primeiro a se debruçar sobre os intelectuais e teve, ademais, o mérito de propor uma análise ampla e aprofundada de todo o campo intelectual entre as décadas de 1920 e 1940. Ele deu conta das instituições e movimentos políticos nos quais o intelectual estava sendo incorporado, assim como da expansão do mercado do livro e de suas consequências, como o surgimento de novas editoras, a nova divisão do trabalho editorial, a criação de novos postos; finalmente, examinou também o alargamento do Estado e os diferentes setores que acolheram os intelectuais nesse período.

O estudo de Daniel Pécaut (1989) constituiu, durante muito tempo, uma segunda referência sobre os intelectuais brasileiros e um contraponto metodológico ao modelo bourdieusiano de Miceli. Ao contrário do sociólogo brasileiro, ele focou a sua análise nas motivações políticas dos intelectuais e não em suas origens

sociais. O período estudado por Pécaut é mais amplo, indo dos anos 1920 aos anos 1980, dividido em três momentos marcados por três gerações de intelectuais.

O autor situa a primeira geração atuando entre 1925 e 1940, uma geração que estava preocupada com o problema da identidade nacional e das instituições. Já para a segunda geração, ativa entre 1954 e 1964, o engajamento deveria ser em defesa dos interesses do país face às ameaças externas ligadas ao imperialismo americano. Teria havido, portanto, um deslocamento da legitimidade dos intelectuais: doravante, eles se apresentavam como intérpretes das massas. Seu papel continuava, contudo, crucial: eles estavam encarregados de ajudar o povo a tomar consciência da sua vocação revolucionária e de mostrar que desenvolvimento econômico, emancipação das classes populares e independência nacional faziam parte de um mesmo projeto.

Um dos objetivos de Pécaut foi explicar como essas duas gerações, tão divergentes politicamente, foram solidárias na construção de uma cultura política que elas avalizaram e de onde tiraram sua própria legitimidade. Apesar da ruptura evidente entre elas, a circulação de vários intelectuais entre os diferentes campos políticos atestava continuidades essenciais que a cultura política deveria dar conta. Ela significava a adesão a uma mesma concepção da organização da sociedade; implicava que tendências contraditórias poderiam ser oriundas de uma mesma matriz geral; supunha a difusão de um mesmo senso comum; e, finalmente, fazia referência a formas concretas de sociabilidade e de comunicação (PÉCAUT, 1989, p. 6). O que interessou Pécaut foi a capacidade dessas duas gerações de intelectuais de suscitar uma tal cultura e, ao fazê-lo, promover sua identidade e sua influência.

Três aspectos dessa cultura política foram levados em consideração pelo sociólogo. Em primeiro lu-

gar, a maneira de definir a posição social dos intelectuais. Nesse ponto, Pécaut se afasta de Miceli ao afirmar que os critérios de classe são insuficientes. Seria necessário levar em consideração o lugar que os intelectuais atribuem a si próprios e o que lhes atribui o poder (PÉCAUT, 1989, p. 6). Durante o período que vai de 1920 a 1964, os intelectuais se atribuíram uma vocação nacional e, por isso, foram reconhecidos enquanto elite gozando do privilégio de se colocar acima da sociedade. Segundo aspecto: as representações do político. Entre 1930 e 1955, observa-se a manutenção da busca de uma unidade anterior a todo processo de instituição do social que poderia consolidar as formas de unidade da sociedade política. As articulações entre o campo intelectual e a esfera política constituíam o terceiro aspecto, quando a análise se volta para a questão de saber se seria possível evocar um campo intelectual no Brasil fundado numa lógica de funcionamento interno.

Os aspectos dessa cultura política foram utilizados por Pécaut para explicar as estratégias que os intelectuais utilizaram para enfrentar o regime militar. Para isso, ele examinou a redefinição do papel do intelectual e suas estratégias de oposição à ditadura. A primeira está ligada ao que o autor chama de “ideologia da profissionalização”. No âmago da redefinição do papel do intelectual nos anos 1970, essa ideologia implicava a renúncia a erigir as ciências sociais em uma “ideologia da nação” ou em instrumento para a formulação de um “projeto nacional”. Além disso, a reapropriação pelos “especialistas” universitários do privilégio da produção teórica em detrimento dos militantes políticos era uma novidade. Evocar uma competência específica significava reivindicar uma legitimidade que o regime não podia questionar (PÉCAUT, 1989, p. 251). O “discurso competente” se impôs e permitiu ao intelectual aceder à esfera política num contexto de autoritarismo. O intelectual brasileiro redescobre assim um destino de ator

político mas, diferentemente das décadas anteriores, um ator que se coloca no interior da sociedade e das relações de força (PÉCAUT, 1989, p. 246).

Outros trabalhos foram publicados a partir do início dos anos 1980 que, evocando a figura do intelectual de forma tangencial, priorizaram o conjunto do campo cultural em um dado período. Eles não deixam de ser, contudo, essenciais para a construção de uma história dos intelectuais brasileiros. No mesmo ano da publicação do trabalho de Sérgio Miceli, Simon Schwartzman publicou *Formação da comunidade científica no Brasil* (1979). O cientista político procurou dar conta da institucionalização da atividade científica no Brasil numa perspectiva de longa duração, examinando as condições de possibilidade dos diferentes projetos disciplinares a partir das modalidades organizacionais adotadas (institutos, escolas, museus). Ele investigou notadamente o valor das alocações atribuídas à pesquisa, assim como as relações entre a atividade intelectual e científica e o sistema educacional.

A partir dos anos 1980 é que os historiadores começaram a escrever sobre os intelectuais brasileiros. Jeffrey Needell (1994) se propôs a mostrar como a cultura, entre 1898 e 1914, teve um papel determinante de instrumento de manutenção e promoção dos interesses e da visão de mundo da elite. Segundo ele, esse foi o objetivo da “adaptação” dos paradigmas culturais da aristocracia europeia no meio carioca durante esses anos. O historiador norte-americano analisou as elites sob diversos ângulos: das instituições onde elas se formaram e começaram a tecer suas redes, do Colégio Pedro II aos clubes e salões literários; da “instituição doméstica”, que é a família, da arquitetura e decoração das casas, das estratégias matrimoniais, do papel das mulheres e das crianças; e, finalmente, os intelectuais, desde a literatura e suas diferentes correntes até os escritores e seus círculos.

Roberto Ventura (1991), por sua vez, privilegiou as polêmicas que eclodiam regularmente nos jornais entre 1870 e 1914. Um autor, em particular, serviu de ponto de partida para a sua análise: Sílvio Romero, um dos arautos da chamada Geração de 1870. O polemista sergipano permitiu a Ventura examinar a introdução do naturalismo, do evolucionismo e do cientificismo na crítica literária, assim como as noções de “raça” e “natureza” que foram adotadas a fim de fornecer fundamentos “objetivos” e “imparciais” aos estudos literários. Essas questões dominaram os grandes debates culturais entre 1870 e 1914.

Em *Literatura como missão* (2003), o objetivo de Nicolau Sevcenko foi fazer uma história social da Primeira República tomando os textos literários como fontes privilegiadas. Elas lhe permitiram olhar o universo social e cultural desse período sob outro prisma. O cotidiano dos escritores cariocas no alvorecer do século XX é desvendado, assim como seu desejo de integrar a elite política e econômica. Da análise desse universo complexo, dois escritores se destacam: Euclides da Cunha e Lima Barreto. Segundo Sevcenko, o exame da obra desses dois grandes nomes da literatura brasileira fornece elementos que permitem elucidar as tensões históricas do período e seus dilemas culturais. Mediante uma leitura metódica da obra desses dois escritores, ele desvenda suas linguagens, suas ideias e os valores que eles defendiam antes de compará-los e confrontá-los.

Ao longo dos anos 1990, outras pesquisas vieram consolidar a história dos intelectuais brasileiros. Embora as primeiras décadas do século XX sejam um período bastante estudado pelos historiadores da cultura, as pesquisas de Angela de Castro Gomes foram bastante inovadoras na medida em que ela privilegiou especificamente o papel dos intelectuais e seus meios, seja no interior do aparelho do Estado, seja na sua cir-

culação e redes de sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro durante os anos 1910 e 1920. Neste artigo, limitamo-nos à discussão de *História e historiadores* (1999), trabalho que analisa a escrita da história do Brasil durante o Estado Novo, um dos domínios cruciais da política cultural da ditadura varguista. Trata-se de um tema estreitamente ligado à questão da construção nacional.

Para analisar o caso brasileiro, Gomes se apoiou nas reflexões de Eric Hobsbawm sobre os nacionalismos europeus, em particular na ideia que teriam desenvolvido em três etapas e de forma paralela à modernização do aparelho estatal e ao alargamento da cidadania. No Brasil, a passagem para a terceira fase – momento em que os programas nacionalistas adquirem um apoio de massa – teria ocorrido, segundo Gomes, no início dos anos 1940, quando o aparelho estatal se encontrava em plena modernização e quando a Segunda Guerra Mundial e o alinhamento com os EUA tornavam visíveis uma nova onda de democratização.

Nesse contexto, Gomes analisou a “engenharia social e ideológica” estatal – termo que faz referência à maneira como o Estado fabrica deliberadamente uma “consciência nacional” através da utilização de meios diversos – revelando seus instrumentos, agentes e o conteúdo das mensagens transmitidas. Um aspecto específico dessa “fabricação” foi privilegiado: como a história do Brasil, considerada uma dimensão fundamental e homogeneizadora da consciência nacional, estava sendo reescrita e qual era o lugar ocupado por ela na construção do discurso estado-novista. Gomes analisou, por um lado, a maneira como os órgãos do regime construía a trajetória dos letrados que consideravam como sendo “historiadores”, ao mesmo tempo em que procurava inseri-los em suas respectivas redes de sociabilidade. Por outro lado, ela procurou estabelecer o que era considerado pelo regime como

“qualidades” ou “fraquezas” dos historiadores. No início dos anos 1940, o historiador era identificado, pelos ideólogos da ditadura varguista, como aquele que privilegiava o trabalho nos arquivos: a procura de fontes, sua classificação, sua difusão. Esse método crítico que assimilava a verdade histórica à prova documental distinguia o trabalho do historiador das reflexões literárias e sociopolíticas.

No que concerne à escrita da história do Brasil, tal como era apresentada pelo regime, Gomes constatou que a temática girava em torno do povo brasileiro, o que incluía não só os grandes homens, mas também os anônimos. O povo era representado como o guardião dos verdadeiros tesouros ignorados que necessitavam ser conhecidos e preservados. Uma segunda concepção do passado retomava uma questão clássica do pensamento social brasileiro desde a metade do século XIX, a saber, que escrever a história do Brasil seria escrever a história de um povo formado por três raças – o índio, o negro e o branco – vivendo em um imenso território. Um povo “pacífico” e “colonizado” pelos europeus, mas que soube lutar pela sua autonomia até o estabelecimento de um regime “republicano” (GOMES, 1999, p. 197).

Ao longo dos anos 2000, historiadores e sociólogos começaram a percorrer épocas menos conhecidas ou a retrabalhar importantes movimentos já consagrados graças a novos instrumentos de análise. Nesse sentido, a tese de Angela Alonso *Ideias em movimento* (2002) é exemplar na medida em que traz um novo olhar sobre um velho tema, a chamada Geração de 1870. Os estudos que lhe haviam sido consagrados estavam sobretudo voltados para o problema da “adaptação” das teorias estrangeiras à “realidade” brasileira. Nessa perspectiva, apenas as ideias contavam, “influenciando” ou “contaminando” os agentes que não passariam de meros “suportes”.

Para repensar o papel desse grupo de intelectuais, bastante heterogêneos, Alonso se munuiu de alguns conceitos da sociologia da cultura. Em primeiro lugar, o de “repertório”, tomado da socióloga Ann Swidler, que defende que, no interior de um repertório, estão “estocados” elementos culturais aos quais os agentes poderiam recorrer em suas ações políticas. Nessa perspectiva, os membros da Geração de 1870 não teriam “aplicado” as ideias europeias tais quais, mas se teriam apropriado delas de forma seletiva e interessada para seus combates. Charles Tilly, que também trabalha com a noção de “repertório”, embora acrescentando uma dimensão prática, é outra referência para a autora. Finalmente, a terceira referência que permitiu a Alonso retrabalhar a Geração de 1870 foi o conceito de “comunidade de experiência” de Karl Mannheim. Esse conceito foi utilizado para pensar a conexão entre a estrutura de oportunidades políticas e a incorporação das ideias a partir da reconstrução das experiências compartilhadas pelos atores em questão. Dotada desse arcabouço conceitual, a socióloga se propôs a demonstrar que os membros da Geração de 1870 não procuravam nas ideias europeias uma inspiração para construir teorias abstratas, mas que essas ideias foram, ao contrário, um instrumento de contestação política.

Alonso analisou os escritos dos membros de cada um dos grupos que formavam a Geração de 1870, mostrando como eles selecionavam nos “repertórios” europeu e nacional elementos culturais para fundar suas críticas. Assim, Joaquim Nabuco, em *O abolicionismo*, para citarmos apenas um exemplo, apropriou-se de elementos da tradição imperial – como, entre outros, o catolicismo utilizado para condenar a escravidão – e as teorias evolucionistas inspiradas em Theodor Mommsen para realçar a dimensão socioeconômica da “herança” colonial (ALONSO, 2002, p. 189).

A última parte da obra é dedicada às reformas propostas pelos diferentes grupos: reforma do Estado, das instituições políticas, alargamento da cidadania, universalização dos direitos civis. Se existiam desacordos entre eles no que se refere a que tipo de sociedade deveria nascer dessas reformas, eles estavam de acordo sobre as linhas diretivas: modernização econômica, liberalização política e laicização do Estado. O engajamento e a produção intelectual dos membros da Geração de 1870, durante muito tempo analisados sob o prisma de uma “história das ideias” ultrapassada, fizeram parte de um mesmo movimento de contestação da ordem imperial e eram suscetíveis de serem definidos como “reformistas”. O que nos parece ser a contribuição mais importante de Alonso é a forma como ela construiu seu objeto, indo além de uma história cultural dos intelectuais. Dito de outra forma, a partir do estudo desses últimos, a autora pôde trazer uma nova compreensão do reformismo que caracterizou a passagem do Império para a República.

Foi também durante a década de 2000 que a cultura e os intelectuais, durante o período da ditadura militar, ganharam novos estudos. Se, como vimos, Daniel Pécaut já estudara os intelectuais desse período no final da década de 1980, Marcelo Ridenti e Marco Napolitano trouxeram uma importante renovação ao aprofundar e problematizar a velha questão aventada por Roberto Schwarcz sobre a “hegemonia cultural” da esquerda. O primeiro teve o mérito de abordar o tema dos intelectuais e artistas de esquerda de uma forma original retomando a noção de “romantismo revolucionário” teorizada por Michel Löwy e Robert Sayre (RIDENTI, 2000). O seu trabalho trouxe uma importante contribuição pela amplitude do seu objeto, uma vez que ele busca dar conta das experiências dos artistas mais célebres do Partido Comunista e seus dissidentes, para, em seguida, direcionar a sua análise para os casos específicos

de Chico Buarque e Caetano Veloso e, finalmente, examinar o que ele chamou de “refluxo das utopias revolucionárias” da década de 1990. Em segundo lugar, através dos testemunhos recolhidos, Ridenti reconstituiu as relações entre cultura e política durante aquelas décadas: de acordo com os testemunhos colhidos, a cultura se tornara o refúgio daqueles que tinham fracassado na política e vice-versa. Consequentemente, a cultura não podia ser senão engajada. Finalmente, vários artistas defendiam a necessidade de um retorno ao “povo”, a fim de construir uma nova sociedade. O “romantismo revolucionário” seria um engajamento em vista de um futuro novo, no qual a humanidade reencontraria as qualidades e valores perdidos com a modernidade: comunidade, gratuidade, doação, partilha, harmonia com a natureza, reencantamento do mundo e da vida. Isso seria possível graças à reconstrução de um “homem novo” cuja inspiração se encontrava no passado, com raízes rurais, afastado das grandes cidades e, portanto, não contaminado pela modernidade capitalista (RIDENTI, 2000, p. 24).

Tomando igualmente como ponto de partida de suas reflexões a ideia de “hegemonia cultural” da esquerda, Marcos Napolitano propôs, em um dos seus trabalhos, uma análise na qual a recepção das obras de arte oriundas da esquerda ocupou um lugar privilegiado. Ele defende que ocorreu uma mudança estrutural na linguagem durante os anos 1960 e que a renovação na música, no cinema e no teatro foi apenas uma das consequências dessa mudança. Para além dessa renovação, constituiu-se também, naquele momento, uma “estrutura de recepção”: um novo público formado inicialmente por jovens estudantes mas que se ampliou em seguida. Assim, dramaturgos, músicos e cineastas ocuparam o espaço antes dominado pelas letras e as principais formas de intervenção dos intelectuais na política

passaram a ser as “artes do espetáculo vivo” (NAPOLITANO, 2001, p. 104).

Analisando o cinema, o teatro e a música, Napolitano descreveu o processo atravessado por cada uma dessas três artes e suas relações com o público. Ele mostrou como os dois primeiros gêneros, tal como eram feitos de meados dos anos 1950 a meados dos anos 1960, reduziu seus públicos, enquanto o da música popular conheceu um importante aumento. Ao longo da década seguinte, a arte engajada ganhou um novo impulso à medida que a necessidade de resistir ao regime se impôs aos artistas. Nesse contexto, os músicos puderam manter uma independência maior do que a de seus colegas cineastas e dramaturgos graças à sua popularidade e à fidelidade de seu público. Quanto ao teatro e ao cinema, restou buscar o apoio do Estado: enquanto o primeiro procurou “refazer o seu público”, o segundo oscilou entre dispensá-lo – como atestam a produção dos filmes alternativos desse período – e ampliá-lo – como atestam, também, os filmes comerciais realizados de esquerda. Napolitano mostrou, assim, que a ideia de “hegemonia cultural da esquerda” pode ainda ser explorada e alargada, permitindo a formulação de novas problemáticas e hipóteses de trabalho.

Considerações finais

Na introdução deste artigo, propusemo-nos a examinar os estudos da historiografia sobre os intelectuais brasileiros. O primeiro aspecto que desponta da análise é a estreita vinculação entre esses atores e o poder político. No entanto, longe de haver sido uma relação harmoniosa, ela foi, ao contrário, bastante complexa, marcada ora por apoios, ora por conflitos. Contudo, independentemente da época, da proximidade do intelectual com o poder político e do tipo de atuação, o intelectual brasileiro atribuiu-se o papel de portador da

“consciência nacional” e de agente incontornável da construção do Estado-nação.

O segundo aspecto que convém ressaltar com relação à historiografia é a sua abrangência e diversidade. Os trabalhos discutidos apontam uma preferência pelo período compreendido entre o final do século XIX e a queda de Getúlio Vargas em 1945. A importância da Geração de 1870 e do movimento modernista ou o acolhimento dos intelectuais no interior do Estado pela ditadura varguista são certamente as razões desse interesse. Os períodos anteriores ao final do século XIX ainda permanecem pouco visitados; por outro lado, no que concerne ao período posterior aos anos 1960, constatamos o desequilíbrio entre o número de trabalhos consagrados à esquerda e a ausência daqueles consagrados aos intelectuais conservadores apesar do papel primordial que eles tiveram durante a ditadura militar. Finalmente, em que pesem a amplitude e profundidade dessa historiografia, numerosos atores, movimentos, instituições e lugares de sociabilidade intelectual, do período colonial até os dias atuais, permanecem na sombra.

Esperamos que eles se tornem objetos de pesquisas e que os trabalhos analisados neste artigo tenham contribuído para abrir pistas para novas reflexões e problematizações. A diversidade de referenciais teóricos e categorias de análise empregados nas interpretações dos dados empíricos podem igualmente auxiliar as pesquisas por vir. Independentemente das eventuais – e salutaras – discordâncias entre as diferentes perspectivas, forçoso é constatar a riqueza e a importância dos resultados produzidos ao longo dos últimos 40 anos. Esse arcabouço teórico – campo, campo magnético, afinidade eletiva, itinerário, sociabilidade, geração, comunidade de sistema ideológico, etc. – deu provas da sua eficácia e está acessível para que os historiadores dos intelectuais explorem novos personagens, grupos e períodos históricos ou ofereçam novas interpretações sobre temas consagrados.

Bibliografia

- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre (org.). *Axes et méthodes de l'histoire politique*. Paris: PUF, 1998.
- CUNHA, Diogo. *L'Académie Brésilienne des Lettres pendant la dictature militaire. Les intellectuels conservateurs entre culture et politique*. Limoges : Lambert-Lucas, 2017.
- DOSSE, François. *La Marche des idées. Histoire des intellectuels - histoire intellectuelle*. Paris: Édition de la Découverte, 2003.
- DOSSE, François. Histoire intellectuelle. In: DELACROIX, Christian; GARCIA, Patrick; OFFENSTADT, Nicolas. *Historiographies I. Concepts et débats*. Paris: Gallimard, 2010, p. 378-390.
- GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores. A política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Marta; SOIHET, Raquel; GONTIJO, Rebeca. *Cultura política e leituras do passado*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 43-63.
- GRAMSCI, Antonio. *Cahiers de prison*. Paris: Éditions Gallimard, 1978.
- LÖWY, Michel. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2000.
- LÖWY, Michel. *Rédemption et utopie. Le judaïsme libertaire en Europe centrale*. Paris: PUF, 1988.
- MICELI, Sérgio. Intelectuais e classes dirigentes no Brasil (1920-1945). In: __. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 69-291.
- MYERS, Jorge. El intelectual-diplomático: Alfonso Reyes, sustantivo. In: ALTAMIRANO, Carlos (org.). *Historia de los intelectuales en America Latina II. Los avatares de la "ciudad letrada" en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz, 2010, p. 82-97.
- NAPOLITANO, Marco. A arte engajada e seus públicos (1955/1968). *Estudos Históricos*, nº 28, 2001, p. 103-124.
- NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- NOIRIEL, Gérard. *Dire la vérité au pouvoir. Les intellectuels en question*. Paris: Agone, 2010.
- ORY, Pascal; SIRINELLI, Jean-François. *Les intellectuels en France. De l'affaire Dreyfus à nos jours*. Paris: Armand Colin, 2002.
- PÉCAUT, Daniel. *Entre le peuple et la nation. Les intellectuels et la politique au Brésil*. Paris: Maison de la Science de l'Homme, 1989.
- QUIÑONES, Arcadio Díaz. Pedro Henríquez Ureña y las tradiciones intelectuales caribeñas. In: ALTAMIRANO, Carlos (org.). *Historia de los intelectuales en America Latina II. Los avatares de la "ciudad letrada" en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz, 2010, p. 65-81.
- RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro. Artistas da revolução, do CPC à era da tv*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2000.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Nacional/Financiadora de Estudos e Projetos, 1979.
- SEVCENCKO, Nicolau. *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SEVCENCKO, Nicolau. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-269.

SEVCENCKO, Nicolau. Le hasard ou la nécessité ? Une histoire en chantier: l'histoire des intellectuels. *Vingtième siècle. Revue d'histoire*, vol. 9, n° 9, 1986, p. 97-108.

VELLOSO, Monica Pimenta Veloso. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.) *O Brasil Republicano 1. O tempo do liberalismo excludente, da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 351-386.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical. História cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WINOCK, Michel. Les générations intellectuelles. *Vingtième siècle, revue d'histoire*, vol. 22, n°1, 1989, p. 17-38.

Submissão: 03/09/2018

Aceite: 13/02/2019